The Nature Conservancy
Brasil

RELATÓRIO ANUAL 2025

EXPEDIENTE

THE NATURE CONSERVANCY BRASIL

Diretor: Marcio Sztutman
Diretor de Conservação: Rodrigo Spuri

Coordenação Relatório Anual:
Mariana Pitta
Erik Lopes

Textos:
Amalia Safatle
Sergio Adeodato

Projeto Gráfico e Diagramação:
José Roosevelt Junior

Revisão:
Erik Lopes
Marcio Sztutman
Mariana Pitta
Rodrigo Spuri

Foto da capa:
Gabriel Thomaz de Aquino

Agradecimentos:
Todos os marcos da TNC Brasil são alcançados graças ao esforço coletivo das diversas equipes que constroem a organização. Estes sucessos pertence a cada um de nossos colaboradores, que entregam talento e propósito para fazer a TNC acontecer.

ENTREVISTA
3
DESTAQUES TNC
8
CÚPULA DO CLIMA
9
FINANÇAS VERDES
13
POVOS INDÍGENAS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS
E LOCAIS
17
SEGURANÇA HÍDRICA
E RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS
21
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
27
MUDANÇA DO CLIMA
E ADAPTAÇÃO
33
BIODIVERSIDADE E BIOECONOMIA
39
NOSSA COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS
43
NOSSO TIME
44

© MAURO PIMENTEL | TNC PHOTO CONTEST 2022

© MAURO PIMENTEL | TNC PHOTO CONTEST 2022

// entrevista //

O BRASIL COMO PLATAFORMA DE SOLUÇÕES PARA CLIMA, NATUREZA E PESSOAS

2025 foi um ano de contrastes. Em um cenário global marcado por instabilidade geopolítica e maior pressão sobre o financiamento climático, o Brasil manteve sua relevância estratégica e seguiu avançando na construção de soluções concretas para clima, natureza e desenvolvimento. Nesta entrevista de abertura do Relatório de Atividades 2025, o diretor executivo da TNC Brasil, **Marcio Sztutman**, faz um balanço do ano – seu primeiro à frente da organização -, destaca o papel estratégico do País e aponta prioridades futuras.

EQUIPE TNC BRASIL
A TNC é a maior organização ambiental brasileira, com 240 funcionários no País, o que a coloca como uma das maiores organizações da sociedade civil ativas no Brasil.

Quando você olha para 2025, qual foi a principal contribuição da atuação da TNC Brasil? O que de fato avançou?

O Brasil reúne uma combinação rara de escala ambiental, capacidade técnica e maturidade institucional. Isso faz com que, quando conseguimos alinhar boas políticas, parcerias e financiamento, o impacto gerado aqui seja muito relevante – para o País e para a agenda global.

Em 2025, fizemos um movimento claro de foco. Reorientamos esforços para iniciativas com maior capacidade de entrega e impacto sistêmico. Tivemos avanços importantes no apoio à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, alcançando mais de 20 milhões de hectares e 477 mil pessoas positivamente impactadas, na Amazônia e no Cerrado. Concluímos com êxito um ciclo estratégico de apoio para viabilizar o primeiro leilão de concessão florestal para restauração, no sudeste do Pará, que vai recuperar 10 mil hectares de áreas ilegalmente desmatadas.

Na COP 30, conseguimos, por meio da participação direta em 95 eventos, do lançamento de instrumentos financeiros, da celebração de novas parcerias de alto impacto, e de muitas outras ações, elevar agendas que consideramos centrais para acelerar a implementação e a escala da agenda climática. Avançamos também no desenvolvimento e na consolidação de um modelo que viabiliza o Manejo Integrado do Fogo (MIF) como instrumento de proteção de remanescentes florestais e da produção agropecuária na Mata Atlântica – um dos mais atingidos por essa crescente ameaça à biodiversidade.

Esse conjunto de resultados reforça o papel do Brasil como um espaço em que soluções são testadas, ajustadas e depois reverberam para outros países. É uma via de mão dupla: aprendemos com a rede global da TNC e, ao mesmo tempo, exportamos soluções desenvolvidas aqui.

O contexto global tem sido complexo. Como isso afeta a capacidade de manter impacto e captar recursos?

Há, sim, um redirecionamento de recursos públicos internacionais para agendas de segurança, e a filantropia privada vive um momento de maior cautela. Ainda é incerto quão profundo e duradouro será esse movimento.

Apesar disso, a TNC tem mostrado resiliência. Isso vem da capacidade de diversificar fontes de financiamento – corporativas, filantrópicas, públicas e privadas, no Brasil e no exterior – e, sobretudo, de alocar recursos com disciplina, foco e geração de resultados, priorizando iniciativas em que há maior alavancagem de impacto. O próprio processo de priorização estratégica que realizamos em 2025, no Brasil e no mundo, tem esse pano de fundo de nos adaptarmos ao contexto em que operamos.

Para financiadores e parceiros, isso se traduz em foco, eficiência e clareza estratégica: cada recurso mobilizado precisa gerar impacto real.

As parcerias com o setor privado e os mecanismos financeiros têm sido um diferencial da atuação da TNC?

Sem dúvida. E não apenas parcerias individuais, porque a transformação que buscamos exige também alianças pré competitivas, capazes de elevar o padrão de setores inteiros. Também nos aproximamos de diversas lideranças empresariais, divulgando soluções e oportunidades de engajamento na agenda ambiental e climática, tanto no nível de seus negócios quanto na pessoa física.

Notamos que há muito interesse nessa agenda, mas também muitas dúvidas sobre o que realmente pode ser feito para gerar uma contribuição real diante de problemas que parecem "complexos demais para serem resolvidos". E foi muito gratificante observar o quanto a expertise da TNC consegue oferecer para esse público um caminho viável e seguro de contribuição.

Na seara financeira, avançamos em 2025, de forma consistente, em mecanismos que conectam conservação e economia real. Alguns exemplos disso são as estruturas de fundo de fundos, para diluição de risco e atração de capital; o PagBoi, mecanismo que remunera produtores por boas práticas e rastreabilidade na pecuária; os programas de PSA [Pagamento por Serviços Ambientais], incluindo as iniciativas hídricas no Pará; e, por fim, os mecanismos de crédito de sequestro de carbono, com recursos chegando, de forma justa, aos produtores, especialmente na Mata Atlântica.

Um marco importante foi a adesão de instituições como Banco do Brasil e Banpará à iniciativa IFACC [Financiamento Inovador para Amazônia, Cerrado e Chaco], fortalecendo uma rede de crédito rural alinhada à conservação. Isso corroborou de forma decisiva uma tese elaborada em 2019, além de dar materialidade à agenda e criar condições reais para escala.

A agenda de água e adaptação climática ganha mais peso a partir de 2026?

Sim. A água é e será central. Eventos climáticos extremos e sinais de retorno antecipado de

© GABRIEL THOMAZ DE AQUINO | TNC PHOTO CONTEST 2022

fenômenos como o El Niño mostram que a segurança hídrica deixou de ser uma agenda futura. Ela já afeta cidades, energia e produção de alimentos.

Estamos cada vez mais centrando esforços em mecanismos de escala para aquilo que já sabemos fazer muito bem no nível local na proteção e recuperação de bacias hidrográficas, com foco no aumento do volume e da qualidade da água necessária para o bem viver. Isso inclui a construção de plataformas multiatores, o empilhamento de incentivos financeiros para recuperação florestal de áreas-chave para a "produção de água" e a aproximação entre políticas públicas e ações governamentais, nos três níveis – município, estado e União –, com atividades-fins nos territórios.

Mas essa pauta está também diretamente ligada à proteção das florestas. Sem enfrentar o desmatamento na Amazônia, não haverá água suficiente nem para o Centro Sul do País nem para o agronegócio. Após avanços importantes em 2025 na redução do desmatamento, o desafio agora é garantir que esses resultados não sejam temporários.

Considerando o amplo portfólio da TNC Brasil – do combate ao desmatamento e apoio a povos indígenas até finanças verdes, políticas públicas e agro sustentável –, como vocês definem as frentes estratégicas prioritárias para 2026 em diante? Essas diferentes agendas se complementam?

Nossa estratégia para 2026 e além é sistêmica, porém coesa. Em essência, vamos expandir e integrar o que já fazemos de melhor, com um foco claro em consolidar conquistas recentes e criar as condições para avançar ainda mais em escala.

De um lado, queremos garantir que a redução expressiva do desmatamento alcançada em 2025 na Amazônia seja apenas o começo de um novo patamar estrutural e duradouro. Para ir além, não basta apenas controle: é fundamental estruturar incentivos positivos que tornem a conservação economicamente viável e atraente.

Isso envolve manter a floresta em pé e ampliar a recuperação de áreas degradadas, mas também aprofundar o engajamento do setor privado com soluções de negócio, que ajudem empresas e produtores a gerir riscos, acessar mercados mais exigentes e capturar novas oportunidades associadas a cadeias produtivas sustentáveis.

Nesse contexto, o manejo territorial liderado por povos indígenas e comunidades locais segue sendo uma alavanca importante, entre outras, para garantir proteção efetiva e duradoura das florestas.
Esse esforço caminha junto com a implementação de marcos públicos estruturantes. Em 2026, uma prioridade será apoiar a implementação de políticas como o Planaveg 2025-2028, voltado à recuperação da vegetação nativa, e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, de modo que políticas de Estado ajudem a consolidar os ganhos ambientais, reduzir incertezas e criar um ambiente favorável à escala.

Paralelamente, vamos expandir nossas soluções em outras frentes. Queremos levar iniciativas bem sucedidas a novos patamares e setores. Um exemplo é replicar e ampliar nossos mecanismos financeiros inovadores – de PSA a fundos voltados à transformação da agricultura – garantindo que a conservação se torne financeiramente viável em larga escala. Da mesma forma, seguiremos aprofundando o engajamento com o setor agropecuário e com empresas de diferentes setores, fomentando a rastreabilidade como ferramenta de gestão da produção, fortalecendo a segurança hídrica e integrando a adaptação climática tanto na produção agrícola quanto na gestão das cidades. A mensagem é clara: conservar a natureza reduz riscos e abre oportunidades de negócio.

Tudo isso está interconectado. Desmatamento, água, clima, agricultura, finanças, políticas públicas e comunidades locais são peças da mesma equação. Por isso, nossa abordagem é integrativa: ao apoiar um estado na implementação de seu plano de restauração, por exemplo, combinamos recursos privados, vontade política e conhecimento técnico local. Ao atuar em plataformas multissetoriais, levamos evidências científicas e resultados de campo que ajudam governos e empresas a assumir compromissos mais ambiciosos. Além disso, apoiamos iniciativas de povos indígenas, que contribuem para ampliar a conservação em escala de paisagens inteiras, conectando proteção ambiental, desenvolvimento e justiça social.

Em resumo, a TNC Brasil pretende amarrar essas pontas em uma abordagem ainda mais integrada. Vamos combater o desmatamento e restaurar áreas degradadas, viabilizando esses avanços por meio de finanças verdes, políticas públicas bem desenhadas e soluções de mercado. Vamos ainda promover uma produção mais sustentável e resiliente ao clima, e faremos tudo isso em parceria com quem vive, produz e depende dessas terras e águas. Assim, unimos agendas que antes caminhavam em paralelo e as transformamos em um esforço unificado para gerar impacto duradouro.

Como você enxerga os próximos anos da TNC Brasil?

Há muita incerteza no contexto brasileiro e mundial, mas nossa atuação é inspirada na resiliência da natureza. Trabalhamos com horizontes longos. Resultados consistentes em clima, biodiversidade e água não aparecem em trimestres, mas em ciclos mais amplos.

Nada disso seria possível sem a confiança e o apoio de financiadores, parceiros corporativos, governos, comunidades locais e equipes técnicas. A todos que caminharam conosco em 2025, o nosso agradecimento e o convite para seguirmos juntos nos próximos capítulos dessa jornada.

Seguimos comprometidos em transformar recursos em impacto real e parcerias em soluções duradouras para o Brasil e para o planeta.

O BRASIL DETÉM GRANDE RELEVÂNCIA NAS METAS DE CONSERVAÇÃO EM TODO O MUNDO

Percentual de contribuição do resultados brasileiros, por meta global da The Nature Conservancy.

7,3%

PESSOAS BENEFICIADAS

3,3 milhões

de pessoas com melhor acesso efetivo a espaços de tomada de decisão sobre conservação de terras, águas e recursos naturais

18,6%

TERRAS SAUDÁVEIS

121 milhões

de hectares com gestão melhorada, proteção ou com conversões evitadas

19,7%

RIOS

196,5 mil Km

de rios com gestão melhorada, proteção ou com impactos evitados

11,3%

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

11,3 milhões

de pessoas mais bem adaptadas às mudanças climáticas

8,9%

MITIGAÇÃO CLIMÁTICA

266,1 milhões

de toneladas de CO_2 sequestradas ou com emissões evitadas por ano

NOSSA ATUAÇÃO EM 2025 – UM OLHAR POR BIOMAS

Amazônia

Desafio: proteger a maior biodiversidade do planeta, transformando cadeias produtivas e fortalecendo os modos de vida e culturas dos povos indígenas e comunidades locais

Em destaque: firmamos um convênio para estruturar e pilotar o programa paraense de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Também iniciamos as consultas para povos e comunidades tradicionais sobre o Sistema Jurisdicional de Redd+ do Pará

Cerrado

Desafio: garantir o equilíbrio ecológico do País, promovendo a segurança hídrica e impulsionando modelos de produção mais sustentáveis

Em destaque: restauração produtiva de áreas degradadas, liderada por povos indígenas, na Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante. Também apoiamos a criação do Passaporte Verde em Mato Grosso

Mata Atlântica

Desafio: restaurar ecossistemas e garantir a segurança hídrica na região mais populosa e importante para economia do país.

Em destaque: Apoiamos o desenvolvimento de novos modelos financeiros de carbono na Mata Atlântica

// cúpula do clima //

COP 30, UM MARCO HISTÓRICO E AINDA MUITO A FAZER

Contribuímos para fortalecer a imagem do Brasil como protagonista da agenda climática. Levamos resultados de nossa atuação em políticas públicas, finanças sustentáveis, restauração florestal e agricultura. Nosso principal entendimento é de que as Soluções baseadas na Natureza são mecanismos efetivos na manutenção e valorização das florestas e das pessoas que nela vivem, com reflexos diretos na proteção do clima.

COP 30
Combinou avanços políticos, mobilização social e impactos locais relevantes, consolidando a ideia de que a ação climática depende da participação ativa e democrática de diferentes setores da sociedade e de territórios diretamente ligados às soluções para a crise climática.

© THE NATURE CONSERVANCY BRASIL 2025

A realização da COP 30 em Belém do Pará marcou um momento histórico para o País e para a governança climática global, 30 anos após a Rio-92 e 10 anos após o Acordo de Paris. O evento reforçou o papel do Brasil na agenda climática e evidenciou a resiliência do multilateralismo em um contexto geopolítico complexo, além de destacar a Amazônia e seus povos.

A chamada COP da Floresta contou com forte presença de povos indígenas e comunidades tradicionais, que contribuíram para maior representatividade e pressão por resultados, como o reconhecimento de direitos e a centralidade das florestas tropicais nas soluções climáticas.

A COP também deu visibilidade à Pan-Amazônia e ao papel da sociedade civil brasileira, que influenciou negociações com dados e propostas. Isso ajudou a impulsionar iniciativas como os *Roadmaps* para o desmatamento zero e transição energética. Como resultado, o Brasil consolidou sua imagem de liderança climática e avançou debates sobre bioeconomia, ciência amazônica e Soluções baseadas na Natureza, trazendo a floresta realmente como um fator de transformação e como um celeiro de soluções.

Nesse sentido, foi ao encontro da proposição do embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, de enfatizar o caráter de implementação da conferência, com foco em ações climáticas, sintetizadas no chamado ↘ Pacote de Belém.

Apesar dos avanços, persistiram frustrações. Houve expectativas não atendidas quanto a compromissos mais firmes sobre a redução do uso de combustíveis fósseis e metas mais robustas de financiamento para adaptação, evidenciando os limites das negociações internacionais diante das divergências entre grandes emissores.

↘ Conjunto de 29 documentos focados em aumentar a ambição climática, com destaque para a triplicação do financiamento de adaptação até 2035, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e a centralidade de povos indígenas, gênero e pessoas vulneráveis na transição justa

Nossas contribuições para a COP 30

Com presença em 95 eventos em 42 espaços durante a COP, reunindo três grandes áreas de atuação – Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica – contribuímos para fortalecer a imagem do Brasil como protagonista da agenda climática. Levamos resultados de nossa atuação em políticas públicas, finanças sustentáveis, restauração florestal e agricultura.

Entre os principais destaques, contribuímos para:

→ A apresentação do lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, que integra a Estratégia Nacional de Bioeconomia, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável, unindo ciência, inovação e sociobiodiversidade.

AGENDA CLIMÁTICA

→I O QUANTO AVANÇAMOS
Fortalecemos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por meio Observatório de PSA (OPSA), que integra o projeto PSA Territórios Coletivos, lançado durante a COP 30. Também contribuímos para consolidar a agenda de financiamento climático para florestas e povos indígenas.

→I O QUE FALTA CONQUISTAR
Houve expectativas não atendidas quanto a compromissos mais firmes sobre a redução de emissões e metas mais robustas de financiamento para adaptação e mitigação climáticas, evidenciando os limites das negociações internacionais diante das divergências entre grandes emissores e financiadores.

→I COMO AVANÇAR MAIS
Temos apoiado a presidência da COP 30 nos mapas do caminho (*roadmaps*) para longe dos combustíveis fósseis e para a proteção das florestas. Atuamos também no fortalecimento da governança do TFFF.

- Avanço na recuperação de 3,4 milhões de hectares no escopo do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), principal instrumento federal para restaurar a vegetação nativa. Tem como meta recuperar pelo menos 12 milhões de hectares até 2030.
- O Plano Clima, principal estratégia do Brasil para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (59% a 67% até 2035, base 2005) e adaptar-se à mudança climática, visando a neutralidade de carbono até 2050.
- O Programa de Proteção de Terras Indígenas (PPTI), lançado na COP 30, é uma iniciativa nacional focada na demarcação, gestão territorial e proteção de Terras Indígenas (TIs), com previsão de início em 2026.
- A publicação de diagnósticos sobre ↘ Redd+ e povos indígenas nas Américas.
- O TFFF, enfatizando o requisito de que 20% dos recursos do fundo sejam direcionados diretamente para povos indígenas e comunidades tradicionais (*leia mais no quadro abaixo*).

Um exemplo da nossa incidência na agenda multilateral são recomendações voltadas para a sinergia entre as três Convenções da ONU, buscando conectar as metas de biodiversidade, de clima e de combate à desertificação. Com isso, pretendemos otimizar a implementação de ações, evitando duplicar esforços e recursos financeiros. Neste ano de 2026, teremos as três conferências: de Diversidade Biológica em outubro, de Mudança Climática em novembro e Combate à Desertificação em dezembro.

↘ **Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd)** é um mecanismo da ONU que remunera países em desenvolvimento por manterem florestas em pé, conservarem estoques de carbono e manejarem recursos de forma sustentável. O "+" inclui conservação, manejo sustentável e aumento de estoques de carbono

FLORESTAS TROPICAIS PARA SEMPRE: MOMENTO DE FORTALECER A GOVERNANÇA E A INCLUSÃO DE GRUPOS LOCAIS

Liderado pelo Brasil e anunciado na COP 30, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) é uma iniciativa financeira multinacional que busca remunerar financeiramente a conservação e a restauração de florestas tropicais em países em desenvolvimento. Com meta de captar US$ 125 bilhões, o fundo paga por resultados de desmatamento zero ou reduzido, destinando ao menos 20% dos recursos a povos indígenas e comunidades locais.

Trata-se de uma estratégia fundamental para reconhecer a importância das florestas. Por isso, nosso primeiro esforço foi apoiar o governo brasileiro na estruturação do mecanismo, promovendo diálogos com a sociedade civil e dentro do próprio governo, usando nossa expertise acumulada no Brasil e em âmbito global com a construção de fundos público-privados e outros mecanismos financeiros. Compartilhamos com o Ministério do Meio Ambiente e outras ONGs nossa experiência na construção de fundos comunitários, como o fundo Podáali e o Puxirum, que trabalham com o fortalecimento institucional e da autonomia desses grupos, para que tenham cada vez mais acesso direto a recursos capazes de viabilizar essa implementação.

Durante a COP, realizamos uma série de eventos, tanto nos espaços oficiais, com a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, quanto na Zona Verde, focados em povos indígenas e comunidades tradicionais de diversos países, para promover trocas. E, no momento, estamos dedicando uma assessoria técnica baseada nesta e em outras experiências para apoiar o fortalecimento da governança do TFFF, a fim de alcançar a captação de recursos planejada.

FRONTEIRA EM EXPANSÃO

Mecanismos financeiros inovadores, com foco em clima e natureza, atraem investimentos significativos e viabilizam iniciativas em territórios chave.

O campo das finanças verdes tem experimentado uma rápida expansão, impulsionado pela crescente percepção de que estabilidade do clima e integridade ecológica são pré-condições para o desenvolvimento econômico. Estimativas recentes indicam que os fluxos globais de financiamento climático já ultrapassaram US$ 1,8 trilhão por ano em 2023, com forte crescimento desde 2018, refletindo o aumento de políticas públicas, de instrumentos de mercado e de participação do setor privado.

Nesse cenário, o Brasil se consolida como uma das principais fronteiras de oportunidades. Desde 2022, mais de US$ 3,9 bilhões foram anunciados em Soluções baseadas na Natureza, com destaque para mercados como carbono florestal, restauração produtiva e cadeias da sociobiodiversidade. É nesse contexto que temos atuado para qualificar projetos, reduzir riscos e aproximar o capital de iniciativas concretas nos territórios.

Com a realização da COP 30, em Belém, 2025 marcou um ponto de inflexão. Avançamos em iniciativas estruturantes para dar escala às finanças verdes no país. Um dos destaques foi o apoio à criação do programa estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Pará. Contribuímos para a construção de um modelo que reconhece e remunera povos indígenas e comunidades tradicionais pelo papel estratégico que desempenham na conservação da floresta.

O programa foi iniciado por meio de um piloto coordenado pela TNC na região de atuação da Rede Terra do Meio, em uma parceria ente o Governo do Pará, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Trata-se de um modelo que fortalece a governança local, valoriza modos de vida tradicionais e pode aumentar entre três e quatro vezes a renda das comunidades.

Na iniciativa, apoiamos estudos técnicos, articulação com financiadores e o desenho dos mecanismos de pagamento, conectando conservação ambiental com geração de renda. O conhecimento em mecanismos de PSA que desenvolvemos nas últimas décadas na

PSA Territórios Coletivos – Projeto Piloto da Agrobiodiversidade na Terra do Meio

14 territórios coletivos
3 mil pessoas impactadas
10 milhões de hectares com proteção e uso sustentável
40 produtos da sociobiodiversidade beneficiados

- **Ações** que utilizam, restauram ou manejam ecossistemas de forma sustentável para enfrentar desafios como mudanças climáticas, segurança hídrica e riscos de desastres, ao mesmo tempo que promovem biodiversidade e bem-estar humano
- **Mecanismo** econômico que remunera indivíduos ou comunidades por conservar, recuperar ou manejar ecossistemas, reconhecendo e incentivando a provisão de serviços ambientais como água, carbono e biodiversidade
- **Composta** por organizações de povos indígenas e agricultores familiares que protegem mais de 9 milhões de hectares no Pará

© ANDRÉ DIB

Mata Atlântica chega agora à Amazônia de forma a preencher lacunas no incentivo à conservação como um modelo replicável e escalável.

Novo instrumento impulsiona restauração de terras públicas desmatadas

Na Amazônia, olhamos para um dos seus grandes desafios estruturais: as ↘ florestas públicas não destinadas. São cerca de 4,6 milhões de hectares já desmatados e vulneráveis à ocupação irregular e desmatamento, cenário que nos motivou no apoio ao desenvolvimento de um novo instrumento que transforma a restauração em ativo econômico. Nesse campo, trabalhamos no desenho técnico, jurídico e financeiro de um modelo público-privado inovador de concessão para restauração florestal, com foco na geração de créditos de carbono.

Esse esforço resultou, em 2025, no primeiro leilão de uma área pública destinada à restauração no Brasil, realizado na B3. A Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu, no Pará, prevê a restauração de 10 mil hectares, com investimento de R$ 200 milhões, potencial de geração de 2,87 milhões de toneladas de créditos

↘ **Áreas** públicas sem regularização dos usos como Unidades de Conservação, Terras Indígenas ou assentamentos rurais

IMPULSO AO REDD+ JURISDICIONAL

Estado do Pará avança como referência em créditos de carbono de alta integridade

No campo dos mercados de carbono, o Pará avança como referência global com a estruturação de seu ↘ sistema jurisdicional de Redd+. Nesse processo, apoiamos o estado na construção de bases técnicas, regulatórias e de governança, garantindo alinhamento a padrões internacionais e salvaguardas socioambientais. O acordo firmado no âmbito da Coalizão LEAF prevê cerca de R$ 1 bilhão em recursos, com a venda de 12 milhões de créditos de carbono a US$ 15 por tonelada — valor significativamente superior à média de mercado.

Com vistas à alta integridade do carbono, demandada por grandes atores do mercado, contribuímos para assegurar a participação social com apoio à realização de consultas junto a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – e desta forma garantir que a construção do modelo respeite direitos, promova transparência e distribua benefícios de forma justa. Ao todo, a iniciativa no Pará tem potencial de beneficiar 1,9 milhão de pessoas e consolidar o estado como referência internacional em integridade socioambiental.

A estruturação dessa governança não somente atrai investimentos de qualidade, mas fortalece políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e incentivos à bioeconomia. Ao unir conservação e justiça climática, o Pará demonstra que o Redd+ Jurisdicional é uma ferramenta viável para monetizar a proteção da natureza, gerando prosperidade para as comunidades locais sob os mais rígidos princípios de integridade exigidos pelo mercado internacional.

POTENCIAL DO REDD+ JURISDICIONAL NO PARÁ:

- **261 mihões de toneladas de carbono** é a redução líquida de emissões até 2030
- **R$ 3,9 bilhões de potencial** de geração de renda

Fonte: Governo do Pará

↘ **Abordagem** de conservação florestal aplicada a uma vasta área geográfica, como um estado ou país, com vistas ao mercado de carbono

de carbono e criação de cerca de 4 mil empregos. O instrumento potencializa a recuperação de florestas em larga escala na Amazônia – um indicativo de que conservar e restaurar também é uma agenda econômica.

Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu

10.000 hectares
40 anos de concessão
2,87 milhões de toneladas de créditos de carbono
US$ 154 milhões de receita (US$ 53/tonelada)

Soluções financeiras inovadoras para catalizar a transição

Para ampliar o acesso a crédito e estimular a transição produtiva no campo, também contribuímos para o fortalecimento do mecanismo Inovação Financeira para a Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC). Coliderada pela TNC Brasil, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Fórum Econômico Mundial, a plataforma conecta capital financeiro à agropecuária livre de desmatamento no Brasil, Paraguai e Argentina.

Promover a intensificação produtiva nas áreas já em operação, sem a necessidade abrir novas frentes em lugar da floresta, é um dos principais objetivos. Nesse cenário, atuamos na articulação entre instituições financeiras, produtores e cadeias produtivas, além do desenvolvimento de critérios e ferramentas que orientam investimentos de impacto socioambiental positivo.

Criado em 2021, o IFACC ganhou escala e, entre 2024 e 2025, dobrou o volume de recursos, atingindo US$ 954 milhões. Hoje, impacta 1,1 milhão de hectares e beneficia mais de 11 mil produtores. São 26 instituições financeiras signatárias da iniciativa, entre as quais Itaú BBA, Santander, Banco do Brasil e Banpará, com suas carteiras de crédito relevantes para o agronegócio brasileiro com o desafio da baixa emissão de carbono.

Indicadores do IFACC em 2025

US$ 954 milhões em crédito
1,1 milhão de hectares impactados
11 mil produtores individuais
85 cooperativas ou associações

Um fundo de investimento inovador

Passo importante nas finanças verdes em 2025 foi o lançamento do fundo de impacto Capital Catalítico para Transição da Agricultura (CCAT). Participamos da construção do conceito inovador e atuamos na consultoria de impacto, apoiando a análise de práticas produtivas e a definição de melhorias no campo mobilizadas pelo novo instrumento, na perspectiva de mudar a escala dos investimentos que combinam diferentes modalidades.

Com US$ 50 milhões iniciais de capital catalítico para impulso, o fundo – gerido pela Vox Capital – tem a ambição de mobilizar pelo menos US$ 1 bilhão em recurso filantrópico e comercial, direcionados principalmente à soja, pecuária e agroflorestas no Cerrado e na Amazônia, até 2028. O propósito é claro: viabilizar a recuperação de áreas degradadas, evitar o desmatamento e ampliar a produção sem pressão sobre áreas naturais, mas há desafios. Entre eles, o monitoramento e reporte do impacto gerado pelos investimentos, assistência técnica e articulação com produtores rurais.

FINANÇAS VERDES

O QUANTO AVANÇAMOS
Consolidamos mecanismos financeiros de larga escala para mitigação, restauração, conservação, produção regenerativa, compartilhamento de benefícios com povos indígenas e comunidades tradicionais.

O QUE FALTA CONQUISTAR
Aumentar o volume de recursos para atividades econômicas com impacto positivo na natureza, reduzindo a disponibilidade de capital para atividades com impactos negativos.

COMO AVANÇAR MAIS
Fortalecer políticas e o desenvolvimento em novos mecanismos financeiros inovadores que reconheçam benefícios da natureza aos próprios negócios.

SALTO NA GESTÃO TERRITORIAL

Com base no conhecimento científico e na experiência de décadas na articulação junto aos povos indígenas, apoiamos soluções práticas que reconhecem o seu protagonismo no combate à mudança climática.

É cada vez mais relevante o papel dos povos originários para o clima e a biodiversidade. No Brasil, onde vivem 1,7 milhão de indígenas de 391 etnias e 275 línguas, esse protagonismo se expressa em cerca de 117 milhões de hectares de Terras Indígenas — verdadeiras barreiras contra o desmatamento. Em 30 anos, segundo o MapBiomas, essas áreas perderam apenas 1% da vegetação nativa, frente a 20,6% em áreas privadas, assegurando serviços essenciais como o ciclo das chuvas, do qual depende grande parte da produção agropecuária nacional.

Diante disso, ampliamos nossa atuação para contribuir em políticas públicas e fortalecer a gestão territorial e ambiental indígena, reconhecendo que soluções climáticas eficazes passam pelo apoio a quem historicamente conserva a floresta. Em 2025, participamos ativamente no desenho do Programa de Proteção de Terras Indígenas (PPTI) – e, à luz dessa política, contribuímos para o acesso a recursos e mecanismos de governança que aumentam a proteção e o uso sustentável dos territórios.

Por meio do projeto Redes Indígenas da Amazônia, apoiado com R$ 60 milhões do Fundo Amazônia, avançamos na articulação com organizações estaduais e de alcance em toda a região – a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab). O objetivo principal é fortalecimento da incidência em políticas públicas e da gestão de seus territórios.

Entre outros pontos, a gestão territorial é importante porque atua na proteção de direitos e territórios, na produção da bioeconomia e em planos de manejo dos recursos naturais – além de favorecer a mitigação e adaptação climática.

O Redes iniciou as ações em 2025 com apoio a melhorias da infraestrutura indígena, aprimoramento da capacidade de gestão e a realização de oficinas sobre protocolos de consulta em políticas estaduais e captação de recursos, por exemplo. Ao mesmo tempo, em parceria com o Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), contribuímos para a formação de uma nova geração de lideranças indígenas em atividades de gestão, negócios e comunicação, ampliando a autonomia das organizações.

Um dos principais marcos é o sistema de monitoramento da implementação de políticas indígenas e climáticas nos territórios, o Monitorgati, que em 2025 abrangeu 48 Terras Indígenas de um total de 64 planejadas. O trabalho envolveu a criação do Índice de Bem-Estar e de Gestão Ambiental Indígena da Amazônia, chamado ↘ "IDH da PNGATI" – a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, com participação de 60 agentes em campo.

↘ Como diferencial em relação ao IDH da ONU, o índice está centrado em valores e prioridades para os povos indígenas

© ANDRÉ DIB

"A parceria com a TNC é essencial para garantir formação qualificada e continuada das lideranças indígenas, contribuindo com uma visão estratégica que conecta formação, gestão territorial e políticas públicas. Isso fortalece o papel do CAFI como um espaço de construção de conhecimento aplicado à realidade dos territórios, preparando lideranças para atuar com autonomia e incidência política."

GRACINHA MANCHINERI, gerente do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI).

Novos fundos para acesso direto aos recursos

Mecanismos financeiros inovadores na temática indígena avançam com a colaboração da TNC, como o Tropical Forest Forever Facility (TFFF) (*leia mais à pág 16*). O modelo para o qual contribuímos na arquitetura se soma a outras iniciativas, a exemplo do Fundo Vituke, lançado pelo governo federal em 2025. Com recursos iniciais do Banco Mundial, governo da Alemanha e Fundação Gordon & Betty Moore, o propósito é canalizar inicialmente cerca de R$ 550 milhões de doações e financiamento privado para a implementação da PNGATI.

Essa convergência entre políticas, financiamento e fortalecimento institucional aponta para um novo patamar: territórios indígenas não apenas preservam a floresta, mas se consolidam como ativos estratégicos para estabilidade climática, segurança hídrica e desenvolvimento sustentável.

Redes Indígenas da Amazônia

9 redes indígenas estaduais
2 redes regionais
48 Terras Indígenas com 38 milhões de hectares sob monitoramento participativo em 2025
8 cursos com 500 jovens indígenas formados

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E LOCAIS

→| O QUANTO AVANÇAMOS
Apoiamos o aumento da capacidade de monitoramento de indicadores de bem-viver e gestão ambiental em territórios indígenas.

→| O QUE FALTA CONQUISTAR
Consolidar e fortalecer o papel das organizações indígenas na incidência em políticas importantes à garantia de direitos, conservação e uso sustentável de suas terras.

→| COMO AVANÇAR MAIS
Ampliar o financiamento direto de povos indígenas e comunidades tradicionais para expandir o impacto nos territórios.

RECURSOS CHEGAM NA PONTA

Com objetivo de promover a autonomia financeira e a gestão territorial, temos contribuído para assegurar o acesso direto a recursos e a aplicação definida pelos próprios indígenas. Um exemplo está no arranjo inovador da Premiação Xavante, no Mato Grosso, que reconhece e impulsiona projetos comunitários já existentes com potencial comprovado de impacto.

Apoiado pelo ↘ Fundo Podáali, a iniciativa substitui editais competitivos tradicionais por um processo de seleção baseado em critérios coletivos, como alcance comunitário, relevância cultural e benefícios ambientais. Foram contempladas 14 boas práticas que – entre outros temas – impulsionam a soberania alimentar e a gestão e proteção territorial, na TI Marãiwatsédé (*mais à pág. 16*).

↘ Primeiro fundo criado e gerido por povos indígenas abrangendo toda a Amazônia

> "As consultorias para fortalecimento das comunidades e as oficinas de elaboração de projetos foram muito importantes à formação dos monitores e às metas do TUC Manicoré, abrindo oportunidades para o território."
>
> ***MARIA CLEIA DELGADO, presidente da Central de Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim).***

GESTÃO COLETIVA EM NOVA CATEGORIA DE TERRITÓRIO NO AMAZONAS

Na Amazônia há 53 milhões de hectares de terras públicas não destinadas – cerca de 30 milhões sob o domínio dos estados. Essas áreas de floresta sem uso regularizado demandam soluções para enfrentar a grilagem e desmatamento, e naquelas habitadas por comunidades tradicionais um dos caminhos propostos para mitigar o avanço de ilegalidades é a categorização como ↘ Território de Uso Comum (TUC).

No Amazonas, pioneiro neste modelo de governança territorial, foi criado há três anos o TUC Manicoré – uma área de cerca de 390 mil hectares cortada pelo rio do mesmo nome, abrigando 16 comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas que passaram a ter o direito de uso coletivo com autogestão das famílias. Essa inovação jurídica e social tem sido avaliada como alternativa de potencial replicação em outras áreas na Amazônia.

Após o processo de reconhecimento como TUC pelo estado, conduzido em parceria com lideranças locais e outras instituições da sociedade civil, a TNC apoiou na elaboração do ↘ Plano de Manejo e do ↘ Acordo de Pesca do território, concluídos em 2025. Esse novo modelo de gestão viabiliza o protagonismo das comunidades nas decisões sobre como cuidar do território, organizar a produção, proteger os rios e conservar a floresta.

Em parceria com a Central de Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim), realizamos treinamentos de gestão, monitoramento e comunicação, bem como estudo de viabilidade para o turismo comunitário. O apoio visa não só a qualidade da floresta com seu uso sustentável, como também da água, por meio de um sistema que monitora a qualidade da água associada ao saneamento.

Em região sob alta pressão do desmatamento, o modelo que apoiamos protege territórios vulneráveis, valoriza saberes tradicionais, organiza a tomada de decisão e cria um ambiente favorável para políticas públicas voltadas à qualidade de vida, renda sustentável e conservação.

- ↘ Áreas públicas sob gestão de comunidades tradicionais para acesso compartilhado a recursos naturais
- ↘ Organiza de forma participativa as regras e estratégias para uso sustentável dos recursos naturais, conciliando conservação ambiental, reprodução cultural e geração de renda
- ↘ Instrumento comunitário de gestão que estabelece regras para uso dos recursos pesqueiros em um determinado território, visando conservar os estoques e garantir a subsistência das populações locais

© CAROLINA SCHAFFER

RESTAURAÇÃO, MOTOR DE DESENVOLVIMENTO

Recuperar florestas e ecossistemas naturais em grande escala é essencial à segurança hídrica, ao clima e à economia.

As mudanças climáticas que batem à porta dos brasileiros — com secas, tempestades e perdas econômicas — reforçam um fator central: o papel da vegetação nativa, conservada e restaurada, na provisão de serviços essenciais à sociedade e ao planeta. A vegetação nativa contribui na regulação de chuvas, proteção de rios e sustenta a segurança hídrica que abastece cidades, produção de energia e produção agrícola.

Responder a esse cenário, incluindo o papel de mitigação como também de adaptação climática, exige avançar em Soluções baseadas na Natureza, com a restauração de vegetação nativa como eixo estruturante. Restaurar é mais do que recompor paisagens: é reativar funções ecológicas, reconectar territórios e criar bases para um modelo de desenvolvimento resiliente.

Nesse contexto, atuamos para traduzir ciência em políticas e instrumentos capazes de viabilizar a restauração em escala. O principal marco é o novo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) que ajudamos a construir desde 2023 e agora - após o lançamento - contribuímos na sua implementação, com vistas à restauração de 12 milhões de hectares no País até 2030.

Em 2025, influenciamos regulamentações da política, ajudamos a definir territórios prioritários e fortalecemos arranjos locais com potencial de atrair investimentos. Também participamos da liderança de instâncias-chave, como o ↘ Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e a Aliança pela Restauração da Amazônia, ampliando a articulação entre governos, sociedade civil e setor privado.

Dessa forma, avançamos no apoio a mecanismos estratégicos de governança, como o Núcleo de Articulação Territorial, no âmbito da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), que abre caminho para descentralizar e operacionalizar a política nos biomas brasileiros. Ao mesmo tempo, contribuímos para estruturar instrumentos financeiros — como Pagamento por Serviços Ambientais e projetos de carbono — fundamentais para o desafio de destravar recursos e dar escala à restauração.

Restaura Biomas: olhar para a grande escala

No campo da implementação do Planaveg, o projeto Restaura Biomas, lançado pelo governo federal em 2025, marca um salto de ambição. Com US$ 14,6

↘ **Reúne** mais de 340 membros como ONGs, empresas, órgãos de governo, centros de pesquisa, associações e proprietários de terra, com meta de restaurar 15 milhões de hectares no bioma até 2050

ALERTA PERMANENTE NA MATA ATLÂNTICA

Recuperação de floresta é chave para garantir água e adaptação climática com menor risco à economia no bioma mais impactado do País

As expectativas quanto à expansão da restauração florestal com aterrissagem das políticas públicas nos territórios ganham um especial capítulo na Mata Atlântica. O bioma que abriga 72% da população e responde por 80% da economia do País — com metade da produção de alimentos — é também o mais devastado. Hoje restam 24% da sua área original, e somente metade disso representa florestas maduras e bem preservadas. Diante do quadro, monitorar o cumprimento da legislação ambiental, manter áreas conservadas e recuperar o que foi perdido são pilares essenciais ao desenvolvimento do País.

A questão é estratégica para a garantia de serviços ecossistêmicos à agricultura, à indústria, à geração de energia elétrica e ao turismo, entre outras atividades produtivas que dependem de florestas em boas condições. No caso do abastecimento hídrico das cidades, essa importância ganha ainda maior evidência no contexto econômico: estudo que realizamos no Sistema Cantareira, responsável pela água distribuída a 70% da Região Metropolitana de São Paulo, demonstra que investir em soluções baseadas na natureza pode gerar retorno financeiro até 50% superior ao valor aplicado, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança hídrica e a resiliência climática. Hoje, o manancial está sob permanente pressão em cenário de secas mais frequentes e de chuvas irregulares, no qual o abastecimento da maior metrópole brasileira já depende da transposição de água de outras bacias hidrográficas.

O quadro de riscos com redução de chuvas resulta da crise climática e desmatamento. Segundo avaliação do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), a média de dias secos aumentou 25% nos últimos 60 anos, no Brasil, seguindo uma tendência global. De acordo com a ONU, esses impactos ameaçam mais de 50% da produção de alimentos e pode reduzir em média 8% o PIB mundial até meados do século. "O planeta caminha para uma situação de falência hídrica pela incapacidade institucional, econômica e política de gerir a água como base da vida", conforme o *Global Water Bankruptcy Report 2026*.

© THE NATURE CONSERVANCY BRASIL

milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente, o objetivo é apoiar estratégias em políticas públicas, mecanismos financeiros, fortalecimento coletivo e assistência técnica para restaurar pelo menos 600 mil hectares e manejar outros 1,2 milhão de hectares no Brasil até 2030.

Na iniciativa lideramos o eixo de políticas públicas e monitoramento, apoiando planos de restauração em Unidades de Conservação e o impulso à análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A meta em cinco anos é que pelo menos três estados brasileiros tenham Programas de Recuperação Ambiental (PRA) implementados nas propriedades rurais, em cumprimento do Código Florestal.

Quanto e onde já restauramos

No âmbito do Restaura Biomas, destaca-se a construção do Sistema Nacional de Reporte e Monitoramento da Recuperação da Vegetação Nativa que desenvolvemos em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e governo federal. Com a iniciativa, o Brasil passa a ter uma visão consolidada do quanto e onde está restaurando, trazendo transparência e base técnica para decisões e investimentos.

Trata-se da primeira avaliação oficial do quanto o País já avançou em direção à meta do Planaveg. Construída com amplo debate e aprovação na Conaveg, a metodologia baseou-se em sensoriamento remoto e bases de dados do governo, abrangendo principalmente áreas de vegetação nativa em processo de regeneração natural – ou seja, sem ainda levar em conta, por exemplo, os projetos de plantios de sementes e mudas. Esses dados deverão ser incorporados ao monitoramento oficial posteriormente, a partir de plataformas de coletivos como a do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e a do Observatório da Restauração e Reflorestamento (ORR).

Rumo aos 12 milhões de hectares restaurados

Fonte	Hectares
Regeneração natural em UCs e TI's	1.778.270
Restauração em propriedades privadas	1.249.643
Programas de Compensação/ Responsabilização	386.343
TOTAL	**3.414.256**

Fonte: Sistema Nacional de Reporte e Monitoramento da Recuperação da Vegetação Nativa.

COMO FAZER RESTAURAÇÃO NA PRÁTICA

O Guia da Restauração, lançado no Dia da Mata Atlântica, oferece orientações práticas e interativas para públicos que vão de coletores de sementes a gestores, empresas e financiadores. Com linguagem acessível e base técnica, a plataforma reúne dados, vídeos e conteúdos que aproximam o usuário a uma das agendas socioambientais mais relevantes do País. Desenvolvemos a ferramenta digital e gratuita em formato de perguntas e objetivos, como um passo a passo didático para ações, contribuindo para impulsionar a recuperação de ecossistemas alinhada às metas de clima e biodiversidade no Brasil.

Estabelecem compromissos, prazos e técnicas para restaurar a vegetação nativa principalmente de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais nos imóveis rurais

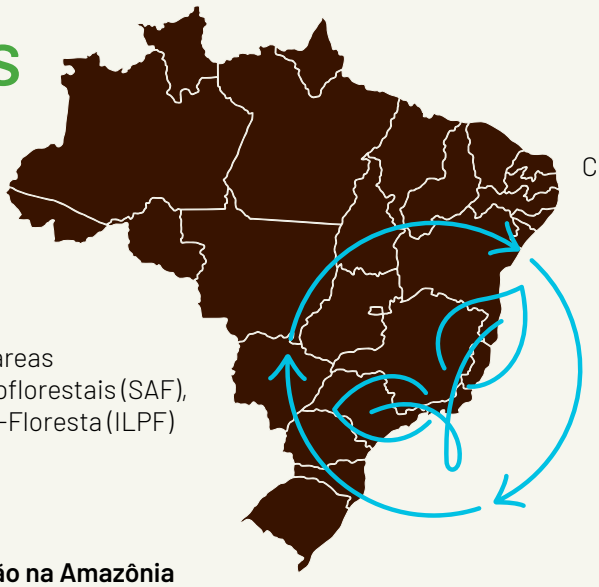
Metas do Planaveg até 2030

12 milhões

de hectares de restauração no País

1 milhão

de hectares restaurados em áreas degradadas via Sistemas Agroflorestais (SAF), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) ou silvicultura de nativa



2 milhões

de hectares em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos rurais

9 milhões

de hectares restaurados com a regularização de imóveis rurais

Oportunidades da restauração na Amazônia

Estudo da TNC em parceria com o IDB Invest calcula que restaurar apenas 10% do total de áreas degradadas da Amazônia Legal poderia gerar uma renda de US$ 4,8 mil por hectare – maior em relação ao gado – e proporcionar massivo volume anual de remoção de carbono.

11 M ha

Total da área degradada apenas no estado do Pará

502 M ha

Total da área da Amazônia Legal brasileira

Uma iniciativa potencial para restaurar

10%

da área degradada total na Amazônia Legal Brasileira exigiria uma quantidade significativa de recursos...

27 M ha

Total da área degradada da Amazônia Legal brasileira

2,7 M ha

10% da área degradada total da Amazônia Legal Brasileira

US$ **12,9** Bi

Investimento total esperado (10% da área degradada total)

US$ **4,8** Mil

Investimento esperado por hectare

26,9 M tCO_2e

Expectativa de remoção de carbono por ano

// Entrevista | Thiago Belote Silva, diretor de florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) //

"PRECISAMOS TER MILHÕES DE HECTARES RESTAURADOS, MAS COM INCLUSÃO"

Um ano após o lançamento, o novo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) chega ao momento de aterrissar nos territórios e prepará-los com bases estruturadas para o aumento de escala necessário ao compromisso brasileiro de restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Os desafios nesse cenário, no qual a TNC Brasil tem participação ativa, ocupam o centro da agenda de Thiago Belote, diretor de florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Na visão do geógrafo com 20 anos de experiência em gestão ambiental e restauração, integrar atores e unir os diferentes mundos das finanças em novos modelos de investimento são passos decisivos para o País atingir a meta.

Como isso deve ser feito? O que está sendo planejado?

Criamos, em janeiro, o Núcleo de Articulação Territorial para reconhecer territórios com governança já estruturada e dar escala à restauração. Também avançamos com Núcleos por Bioma, liderados por coletivos. A meta é reconhecer 6 territórios até meados do ano para atrair investimentos.

Serão investimentos de que tipo, com quais desafios?

Buscamos criar condições para impacto. Esse primeiro movimento é de recursos catalíticos, voltados à formação e governança, reduzindo riscos do investimento privado, antes de focarmos a restauração em campo. Dialogamos com bancos e organismos internacionais para estruturar um portfólio de territórios capaz de atrair capital em escala: investidores demandam qualidade, transparência e impacto.

O que sinalizam os 3,4 milhões de hectares em restauração mapeados pelo Sistema Nacional de Reporte e Monitoramento?

Representam quase um terço da meta de 12 milhões de hectares até 2030. Construímos o sistema com a Conaveg e a sociedade civil, com foco na regeneração natural. A maior parte dos 3,4 milhões de hectares corresponde à vegetação secundária mapeada por satélite. A restauração ativa (com plantio de mudas, por exemplo) soma cerca de 6%, com meta de 15% até 2035, ampliando a cadeia produtiva.

Quais fatores estão associados a essa expansão?

Destacam-se o avanço na implementação do Código Florestal pelas propriedades rurais, além de projetos de empresas e organizações da sociedade civil. Os efeitos do combate ao desmatamento, a maior clareza sobre financiamento e o aumento das concessões para restauração florestal em terras públicas também contribuem. A projeção é alcançar cerca de 6 milhões de hectares em recuperação até o fim de 2026.

Em que medida o atual esforço garante continuidade em cenários adversos?

O Planaveg é um pacto multissetorial que fortalece governança e continuidade. Ao apoiar sua implementação, contribuímos para levar a agenda a espaços de decisão e ampliar o acesso a recursos internacionais, aspectos no quais a TNC Brasil tem importante protagonismo.

Investimento, muitas vezes filantrópico ou subsidiado, usado para mitigar riscos e atrair capital privado em maior escala

XAVANTES REFLORESTAM SUAS TERRAS NO CERRADO

Iniciativa piloto tem protagonismo de mulheres indígenas para expansão de quintais produtivos

Na transição entre Cerrado e Amazônia, no Mato Grosso, apoiamos o povo Xavante no projeto de plantar floresta para fortalecer a segurança alimentar e a restauração com protagonismo indígena. Na Terra Indígena Marãiwatsédé, recuperar a vegetação nativa envolve o conhecimento tradicional em soluções como os quintais produtivos, voltados à segurança alimentar.

A área simboliza um processo de retomada. Após décadas de expulsão e degradação – quando, por fim, tiveram a Terra Indígena homologada – os Xavante retornaram a um território transformado em pasto. Em parceria com a Operação Amazônia Nativa (Opan) e a Rede Sementes do Xingu, contribuímos para reconstruir vínculos com a terra, apoiando o Plano de Gestão Territorial e viabilizando o plantio de espécies nativas e o manejo do fogo.

Com recursos do Programa REDD Early Movers (REM) Mato Grosso, essa abordagem alia regeneração ecológica à produção de alimentos. Isso significa menor dependência de produtos industrializados que rompem a relação ancestral entre alimentação, território e cultura.

Em 2024 e 2025, ampliamos os projetos de quintais produtivos e a formação de coletivos locais por meio do programa Restaura Brasil. Apoiamos a criação de um grupo de mulheres coletoras de sementes, fortalecendo renda e cadeias produtivas da restauração. Diante dos resultados, foi estruturada uma nova fase para expandir o modelo com roças agroflorestais em múltiplas aldeias, no total de 69 hectares, com R$ 10 milhões do Fundo Amazônia.

© ANDRÉ DIB

SEGURANÇA HÍDRICA E RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS

→I O QUANTO AVANÇAMOS
Contribuímos em temas centrais para ampliar a escala da restauração, como a estruturação da governança do Planaveg em nível nacional, com foco em finanças e monitoramento.

→I O QUE FALTA CONQUISTAR
Expandir alavancas para destravar a escala e e estruturar o PIRE (Plano Indigena de Restauração Ecológica). nos territórios com articulações em diferentes nos biomas.

→I COMO AVANÇAR MAIS
Canalizar recursos financeiros necessários para atender às demandas de maior escala por meio de mecanismos inovadores e construção de capacidades.

// desenvolvimento rural sustentável //

COMO PRODUZIR ALIMENTOS PROTEGENDO O CLIMA E AS FLORESTAS?

Seja na produção de carne, seja na de grãos, a rastreabilidade e o apoio ao pequeno produtor, com inclusão em cadeias produtivas mais sustentáveis, são elementos fundamentais.

A agropecuária brasileira tem uma relação histórica com o desmatamento da Amazônia, impulsionada por políticas do período militar que incentivaram a ocupação da região. Durante a ditadura no Brasil, o desmatamento na Amazônia foi fortemente impulsionado por uma estratégia geopolítica sintetizada no lema "Integrar para não entregar", que buscava ocupar e consolidar o controle sobre a região. Políticas públicas federais incentivaram a migração e a expansão da fronteira agrícola por meio de subsídios, crédito rural facilitado e doação de terras, frequentemente sem critérios ambientais ou fundiários claros. A abertura de grandes rodovias, como a Rodovia Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém, funcionou como vetor de ocupação, permitindo o avanço de pecuária extensiva e projetos de colonização.

Ao mesmo tempo, programas como o Programa de Integração Nacional e incentivos fiscais via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia estimularam grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e minerários, além de megaprojetos como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, consolidando um modelo de desenvolvimento baseado na conversão de florestas em ativos econômicos e contribuindo decisivamente para o aumento do desmatamento.

A pecuária, por ser de implementação relativamente mais fácil, tornava-se a primeira atividade econômica, muitas vezes antecedendo a agricultura. A presença de terras públicas não destinadas favoreceu invasões e grilagem, com desmatamento e introdução de gado para legitimar a ocupação. Esse processo avançou até 2009, quando políticas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) reduziram significativamente as taxas, que voltaram a oscilar conforme o nível de controle ambiental.

Iniciativas como o TAC da carne buscaram coibir a compra de gado de áreas desmatadas, mas a complexidade da cadeia dificulta o controle. Com isso, nosso objetivo é incluir os pequenos produtores em uma transição viável, com apoio técnico e acesso a condições para cumprirem a legislação e adotarem práticas mais sustentáveis.

Programa Pecuária do Brasil

Frente à complexidade desse cenário, entendemos que respostas isoladas não são suficientes.

Por isso, decidimos atuar em diversas frentes simultaneamente, compondo o Programa Pecuária do Brasil, uma iniciativa estruturada para atuar tanto na Amazônia quanto no Cerrado, com diferentes níveis de incidência – do estadual ao federal, além do engajamento com empresas e articulações em escala global.

O Programa busca transformar a produção pecuária em um vetor de desenvolvimento sustentável, conciliando produtividade, conservação ambiental e inclusão social. A proposta central é apoiar a transição para uma pecuária de baixa emissão de carbono, alinhada às exigências de mercado e às metas climáticas globais, ao mesmo tempo em que gera valor ao produtor rural. O programa está estruturado em sete eixos estratégicos (*quadro ao lado*).

OS 7 EIXOS DO PROGRAMA

1 - Aprimorar a transparência e rastreabilidade da cadeia do gado

2 - Acelerar o processo de regularização dos produtores rurais

3- Intensificar o apoio ao produtor e facilitar o acesso a crédito

4- Acelerar a implementação de políticas para proteger terras públicas e territórios indígenas

5 - Engajar os atores da cadeia de valor do gado

6- Criar incentivos para combater o desmatamento legal

7- Promover o respeito aos direitos humanos e o diálogo dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais com a indústria da carne bovina

Os eixos fazem parte de nossa estratégia para reduzir o desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado em 30% até 2025. A rastreabilidade é uma das ferramentas cruciais nesse processo, pois permite conhecer os caminhos que o gado faz ao longo da cadeia de produção e identificar se foi criado ou engordado em propriedades rurais com desmatamento ilegal, ou mesmo em áreas de invasão em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Até 2030, nossa visão é alcançar 100% de rastreabilidade individual de animais no Pará e aumentar a transparência em todo o Cerrado e Amazônia.

Alcançamos marcos em rastreabilidade considerados impossíveis há poucos anos:

- 420.023 bovinos identificados individualmente no Pará abrangendo 94 municípios e 1.970 propriedades;
- Criação da Política Nacional de Identificação de Bovinos e Búfalos (PNIB) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – um marco histórico que eleva a iniciativa do Pará ao nível nacional, estabelecendo as bases para que todo o Brasil avance nessa agenda;
- Primeiro acordo técnico firmado com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), parceria que viabilizou a doação de brincos eletrônicos pela TNC e atraiu investimentos do setor privado, multiplicando impacto e fortalecendo a rastreabilidade no estado. Ao todo, foi assumido o compromisso de doação de 2 milhões de brincos pela TNC e iniciativa privada juntos, para atender pequenos produtores.
- Aprovação da Política de Sustentabilidade da Cadeia Produtiva da Pecuária Bovina e Bubalina em Mato Grosso, política inovadora que operacionaliza rastreabilidade e monitoramento socioambiental, por meio do Passaporte Verde e Programa de Reinserção e Monitoramento (Prem);
- Cerca de 400 operadores de rastreabilidade capacitados e treinados para apoiar produtores no processo de identificação individual de seus rebanhos, no estado do Pará;

- 3 Núcleos de Apoio ao Produtor (NAPs) inaugurados nos municípios paraenses de Altamira, Novo Repartimento e São Félix do Xingu, onde produtores encontram assessoria gratuita para regularização ambiental, requalificação comercial e intensificação sustentável – por meio de parceria com a organização IDH - Iniciativa para o Comércio Sustentável e o governo estadual (saiba mais em quadro a seguir);

- 3 Núcleos de Apoio ao Produtor (NAPs) inaugurados nos municípios paraenses de Altamira, Novo Repartimento e São Félix do Xingu, onde produtores encontram assessoria gratuita para regularização ambiental, requalificação comercial e intensificação sustentável (*saiba mais em quadro a seguir*);

Além disso, atuamos para desenhar mecanismos aderentes à realidade da pecuária na Amazônia e no Cerrado, conectando rastreabilidade, requalificação comercial, regularização ambiental e acesso ao crédito rural.

Estamos desenvolvendo o PagBoi, um mecanismo de incentivo financeiro que realiza pagamentos automatizados ao longo da cadeia de fornecimento, com base na classificação dos produtores por meio da integração de dados públicos e privados em sistemas de rastreabilidade por lote e individual e na conformidade socioambiental de suas propriedades. Ao vincular diretamente práticas produtivas verificadas a recompensas financeiras, o PagBoi fortalece os incentivos para que produtores adotem e mantenham práticas alinhadas à rastreabilidade e à produção livre de desmatamento.

O QUE SÃO OS NÚCLEOS DE APOIO AO PRODUTOR?

São *hubs* de soluções, onde o produtor encontra assistência ambiental e produtiva

Áreas de influência dos NAPs, onde poderão ser feitas ações itinerantes, ampliando o raio de atuação dos núcleos:

- São Félix do Xingu: Tucumã, Ourilândia e Água Azul do Norte
- Altamira: Placas, Uruará, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Medicilândia
- Novo Repartimento: Pacajá, Itupiranga e Marabá

"A TNC Brasil tem sido central na transição de declarações ambiciosas para práticas que geram impacto. No Pará, a TNC está trabalhando com outros parceiros para construir um sistema de rastreabilidade do gado em escala real, oferecendo ao estado, aos produtores e aos mercados melhores ferramentas para ajudar a eliminar o desmatamento ilegal da cadeia de suprimentos. Um dos aspectos mais importantes da nossa parceria é que ela conecta ciência, políticas públicas e implementação no campo. O trabalho no Pará é fundamental para estruturar e implementar um sistema de rastreabilidade que pode ajudar a proteger as florestas, ao mesmo tempo em que fortalece o futuro da produção pecuária. Esse é o tipo de colaboração de que precisamos para construir um sistema alimentar mais sustentável."

DR. ANDY JARVIS, diretor de Future of Food do Bezos Earth Fund.

Paralelamente, desenvolvemos mecanismos de incentivo para a regularização ambiental das propriedades, já que muitos produtores enfrentam altos custos para recuperar áreas desmatadas ilegalmente.

A importância da assistência ao produtor rural

A assistência técnica é um dos principais gargalos para a transição sustentável da pecuária no Brasil: menos de 11% dos produtores têm acesso a esse suporte, o que limita avanços como a recuperação de pastagens e a adoção de boas práticas. Para enfrentar esse desafio, estruturamos uma parceria com o Sebrae, via Sebrae Tech, visando um modelo mais escalável.

No primeiro ano, como piloto, foram desenvolvidas bases operacionais – comunicação, articulação local, engajamento e monitoramento – e 88 dos 150 produtores previstos foram atendidos, gerando aprendizados relevantes. Os produtores atendidos atuam nas cadeias da carne e do leite, muitas vezes com atividades agrícolas complementares. Com os resultados iniciais, firmamos novo acordo com o Sebrae para alcançar 150 produtores, com a expectativa de expandir o modelo em 2026 e fortalecer a assistência técnica como pilar da pecuária sustentável.

Agricultura regenerativa

A questão da assistência técnica conecta-se diretamente à agenda de transição para a agricultura regenerativa, especialmente porque muitos dos pecuaristas atendidos também atuam em cadeias agrícolas como soja, milho e gergelim. Nesse contexto, a assistência técnica deixa de ser apenas um suporte produtivo e passa a ser um vetor de transformação dos sistemas produtivos, integrando práticas sustentáveis tanto na pecuária quanto na agricultura.

Para avançar nessa agenda, temos desenvolvido parcerias com empresas privadas globais, buscando testar, na prática, como viabilizar a transição para a agricultura regenerativa. Projetos como o programa Reverte reforçam essa lógica ao aprimorar sistemas de monitoramento, reporte e verificação de impactos reais no território, como a recuperação de pastagens.

Outro eixo fundamental dessa agenda é a adaptação do conceito e de práticas de agricultura regenerativa às condições tropicais, especialmente no Cerrado. O bioma que abriga 60% da produção agrícola brasileira, especialmente de commodities, está cada vez mais exposto a eventos extremos, como estiagens prolongadas e irregularidades nas chuvas. Entendendo que a adoção da agricultura regenerativa depende de uma rede técnica preparada, atuamos no fortalecimento de capacidades locais.

Em parceria com instituições como a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), promovemos capacitações para formar técnicos capazes de apoiar produtores na implementação de práticas como manejo de solo, uso de insumos biológicos e compostagem.

Saiba mais sobre o programa de rastreabilidade bovina no Pará clicando aqui.

E conheça produtores do Cerrado que adotaram técnicas de agricultura regenerativa no Link 1 e Link 2.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

→| O QUANTO AVANÇAMOS

Contribuímos para uma crescente eficiência na adoção e nas ações do setor privado para reduzir o desmatamento associado à cadeia de valor da pecuária, por meio de políticas, mecanismos financeiros, acesso ao mercado e engajamento social.

→| O QUE FALTA CONQUISTAR

O grande desafio é consolidar e dar escala à visão iniciada no estado do Pará, que reúne transparência, apoio para os produtores e assistência técnica, expandindo essas práticas para toda a Amazônia e o Cerrado.

A política por si só é insuficiente para sustentar o ritmo de implementação. A emenda que adiou o prazo para a rastreabilidade obrigatória no Pará demonstrou que as mudanças políticas podem rapidamente criar incertezas e paralisar o progresso.

→| COMO AVANÇAR MAIS

São necessários incentivos mais fortes e imediatos e um engajamento contínuo entre produtores, empresas e instituições governamentais para manter a resiliência do programa, apesar das flutuações políticas.

Intensificamos o engajamento das partes interessadas, trabalhando em parceria com indústrias frigoríficas, varejo, diferentes atores públicos e privados através do programa Programa Pecuária do Brasil, que envolve um trabalho conjunto com quase 40 pessoas da Amazônia e do Cerrado.

© ANDRÉ DIB

AÇÕES PARA LIDAR COM A URGÊNCIA DO CLIMA

Articulação, mobilização e aceleração estão no cerne de nossa atuação para reduzir emissões e promover ações de adaptação.

O sistema climático da Terra está mais desequilibrado do que em qualquer outro momento já registrado na História recente. O relatório *O Estado do Clima Global 2025* confirma que a combinação de concentrações recordes de gases de efeito estufa, aquecimento acelerado dos oceanos e derretimento de gelo está provocando mudanças rápidas e de longo alcance em todo o planeta. Esse quadro impõe aos países e organizações imensos desafios para a agenda de mitigação e de adaptação à mudança do clima.

Em 2025, desenvolvemos uma série de iniciativas para reduzir emissões e enfrentar a crise climática e promover adaptação, tendo por princípio as Soluções baseadas na Natureza (*mais no quadro ao lado*). São ações que vão desde o manejo integrado do fogo na Mata Atlântica, a conservação de florestas de araucárias na região Sul, até a restauração financiada por empresas em São Paulo e o apoio a fundos indígenas na Amazônia.

Todas essas ações têm um ponto em comum: para que sejam efetivas, dependem de articulação, mobilização e aceleração para entregarem resultados.

SBN, UM CAMINHO CUSTO-EFETIVO

Como o próprio nome diz, as Soluções baseadas na Natureza (SbN) são respostas que a natureza oferece para problemas enfrentados pela sociedade, como a crise do clima. As SbN podem contribuir com mais de um terço (37%) da mitigação climática necessária até 2030, ao mesmo tempo em que aumentam a resiliência de comunidades frente a eventos climáticos extremos. Por isso, investir em SBN é hoje considerado um dos caminhos mais eficazes e custo-efetivos para combinar mitigação das emissões, adaptação climática e desenvolvimento sustentável.

© NATHÁLIA BRANCATO

FOGO: MANEJAR PARA CONSERVAR

Na Mata Atlântica, promovemos o Manejo Integrado do Fogo com articulação local e disseminação do conhecimento

Floresta e fogo combinam? Pode parecer contraintuitivo, mas saber manejar o fogo é um dos instrumentos mais importantes para conservar as áreas naturais. Como explica o pesquisador estadunidense Ronald L. Myers, autor do livro que cunhou o termo Manejo Integrado do Fogo, existem ecossistemas dependentes do fogo (o Cerrado brasileiro, por exemplo), sensíveis ao fogo, influenciados pelo fogo e independentes do fogo – exigindo abordagens distintas.

Esse tema está na origem da The Nature Conservancy, que vê o fogo como grande ameaça à biodiversidade, agravada pela crise climática. Em 2024, mais de 79 milhões de hectares queimaram na América do Sul, sendo 30 milhões no Brasil.

Diante disso, buscamos implementar um programa de Manejo Integrado do Fogo, alinhado à política nacional criada em 2024, que integra aspectos ecológicos, sociais e técnicos para prevenir incêndios, usar queimas controladas e reduzir emissões, respeitando práticas tradicionais.

A implementação envolve cooperação entre governos, sociedade civil e comunidades locais. Atuamos desde 2023 para levar essa agenda a estados e municípios, com focoterritorial e participação de atores locais como Defesa Civil e bombeiros. Também apoiamos a geração de conhecimento, formação de brigadas e uso de dados, disponibilizados na plataforma Caminho do Fogo.

Exemplos práticos

O Sistema de Monitoramento e Alerta no Parque do Nacional do Itatiaia é uma das referências do programa de Manejo Integrado do Fogo. Ele resulta de um acordo de cooperação técnica com o ICMBio que, por meio de inovações tecnológicas, desenvolve capacidades técnicas em brigadistas locais, para que este monitoramento seja acessível a prefeituras e Unidades de Conservação a custos mais baixos do que os de mercado.

Mas para além de inovações tecnológicas, é importante avançar em inovações sociais, como a que tem ocorrido em Piracaia. O município está no coração do Sistema Cantareira, que por sua vez é chave para o abastecimento de água de São Paulo – mas historicamente impactado pelo fogo, devido à limpeza e reforma de pastagens, que acaba atingindo as áreas de florestas restauradas.

Isso motivou a implantação de um plano de Manejo Integrado do Fogo no município, utilizando a *expertise* de monitoramento desenvolvida em Itatiaia. A iniciativa, que tem reunido uma diversidade de atores, como sociedade civil organizada e a prefeitura, chamou a atenção do governo federal e começa a ganhar o olhar do Comitê de Bacia do PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí).

Dessa forma, contribuímos para o entendimento do Comitê de Bacia de que trabalhar com gestão de fogo é fundamental para reduzir o risco dos investimentos em restauração e melhoria de pastagens promovidas nas áreas de manancial, ao mesmo tempo em que engajamos o governo.

Com nosso fomento, ex-brigadistas do Parque Nacional de Itatiaia desenvolveram uma empresa de sistemas de monitoramento, o que tem contribuído para ampliar áreas monitoradas que são de difícil acesso e reduzir o impacto do fogo (*saiba mais em depoimento*).

"A TNC foi fundamental para o nosso trabalho, porque viu que a ideia tinha dado certo em Itatiaia e fomentou nossas ações. Com o uso de câmeras e a brigada engajada, houve grande redução da área queimada e no tempo de detecção do fogo. Nada disso teria acontecido se não houvesse esse apoio. A ideia é que esse sistema de monitoramento seja um produto acessível, que mais unidades consigam replicar, e que assim a gente possa ajudar um número maior de brigadas."

DARCI MONTEIRO JUNIOR, sócio e gerente de Desenvolvimento de Produtos da empresa T&J e ex-brigadista do Parque Nacional de Itatiaia.

O trabalho de Manejo Integrado do Fogo é realizado nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, alcançando:

- Área total trabalhada: **2.479.540 hectares**.
- Área com parcerias público-privadas: **800 mil hectares**.
- Área coberta por sistema de monitoramento e alerta de incêndios florestais: **500 mil hectares**.
- **22** municípios
- **15** UCs

Saiba mais no livro Convivendo com o Fogo – Manutenção dos Ecossistemas & Subsistência com o Manejo Integrado do Fogo, de Ronald L. Myers

E conheça os Primeiros Planos Municipais de Manejo Integrado do Fogo, aprovados em São Paulo e Minas Gerais clicando aqui:

CONSERVADOR DAS ARAUCÁRIAS

Com apenas cerca de 3% de sua cobertura original preservada, as florestas de araucárias ganham um projeto de conservação e restauração que contribui para mitigar a mudança do clima, proteger biodiversidade, água e solo, e ainda gerar renda e créditos de carbono

O Projeto Conservador das Araucárias é uma iniciativa de restauração florestal na Mata Atlântica que busca recuperar áreas degradadas e fortalecer a conservação da biodiversidade, da água e do solo.

Liderado e coordenado pela Associação de Preservação do Meio Ambiente (Apremavi), com apoio financeiro da TetraPak e apoio técnico da TNC, o projeto busca restaurar ecossistemas e, ao mesmo tempo, gerar benefícios sociais e climáticos. Estima-se que, no longo prazo, o projeto possa capturar cerca de 70 mil toneladas de carbono por ano.

A meta é restaurar 7 mil hectares até 2030, principalmente em propriedades rurais de Santa Catarina e do Paraná, contribuindo para recuperar a floresta com araucárias, um dos ecossistemas mais ameaçados do País, com apenas cerca de 3% de sua cobertura original preservada.

O projeto envolve proprietários rurais comprometidos com o Código Florestal e registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), estimulando a adequação ambiental das propriedades e a ampliação da cobertura florestal. As ações de restauração incluem o plantio de mudas nativas, semeadura de sementes, enriquecimento de florestas secundárias e estímulo à regeneração natural. O projeto também promove oportunidades econômicas para agricultores por meio de mecanismos como Pagamentos por Serviços Ambientais.

Em 2025, oferecemos apoio técnico especializado, especialmente em relação ao carbono. Orientamos a Apremavi no desenvolvimento do projeto para processos de validação e verificação, e apoiamos a elaboração de inventários e fornecermos esclarecimentos técnicos ao financiador.

Saiba mais sobre outras iniciativas que restauram florestas, geram benefícios para o clima e aumentam a renda dos produtores rurais clicando aqui:

FINACLIMA, UMA FORMA DE ENGAJAR O SETOR PRIVADO

Mecanismo financeiro busca agilidade na execução de projetos de restauração ecológica

Importante área de mananciais para abastecimento hídrico da maior cidade brasileira, a Área de Proteção Ambiental (APA) Cantareira sofre com alta fragmentação florestal, mas apresenta alto potencial de conectividade por meio de ações de restauração. Em Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema, a região que abriga assentamentos rurais enfrentam degradação severa de pastos e baixa cobertura de vegetação nativa. Recuperar essas áreas significa aumentar a resiliência florestal e, por consequência, garantir a oferta de água com qualidade e quantidade para milhões de pessoas, proteger o solo e garantir a produção de alimentos com inclusão social.

Não por acaso, a APA Cantareira e o Pontal do Paranapanema são regiões consideradas prioritárias

pelo Finaclima – mecanismo do governo paulista que viabiliza aportes de recursos privados para ampliar e qualificar o financiamento climático no estado, e que conta com a nossa participação. Integramos o conselho de orientação do Finaclima, espaço em que são definidas diretrizes, regras, como e onde os recursos serão executados.

Os objetivos da política são conservar e recuperar a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, engajar o setor privado no financiamento ambiental, fomentar inovação e negócios sustentáveis e fortalecer governança e transparência da política estadual de mudança climática.

Saiba mais sobre recomendações para fortalecer a adaptação climática de povos e comunidades tradicionais, acessando o documento "Territórios de Resiliência".

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO ACESSÍVEL AOS POVOS INDÍGENAS

Apoiar mecanismos financeiros liderados por povos indígenas é uma estratégia central para reduzir barreiras institucionais e garantir que os recursos cheguem diretamente aos territórios

Como guardiões de modos de vida que contribuem historicamente para a proteção das florestas e para o equilíbrio da natureza, os povos indígenas são atores centrais tanto no enfrentamento da mudança climática quanto em ações de adaptação, especialmente aquelas relacionadas à gestão territorial e à resiliência comunitária. Nesse contexto, temos trabalhado para ampliar o acesso de povos originários ao financiamento climático, enfrentando entraves institucionais históricos e fortalecendo mecanismos que permitem que os recursos cheguem de forma direta, transparente e alinhada às prioridades definidas pelos próprios povos indígenas aos territórios.

Para isso, contribuímos com o desenvolvimento de mecanismos financeiros concebidos e liderados por indígenas, como o fundo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o fundo Podáali, criado e gerido por povos originários da Amazônia brasileira (*mais à pág. 20*).

Outra frente estratégica é o fortalecimento institucional das organizações indígenas, para que participem de forma qualificada, informada e autônoma nos processos de negociação de programas climáticos, como os mecanismos jurisdicionais de Redd+ nos estados. Estabelecemos, por exemplo, uma cooperação com a Federação dos Povos Indígenas do Pará, apoiando encontros, capacitações e debates internos para que as lideranças indígenas possam construir e apresentar propostas próprias sobre repartição de benefícios e processos de consulta livre, prévia e informada, conforme seus direitos.

Apoiamos ainda processos de formação e capacitação sobre mudança climática, em parceria com instituições como o Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), fortalecendo o conhecimento técnico a partir do diálogo entre saberes indígenas e científicos e ampliando a capacidade de atuação das lideranças indígenas nos debates climáticos nacionais e internacionais.

CLIMA E POVOS INDÍGENAS

O QUANTO AVANÇAMOS

Houve um fortalecimento significativo das organizações indígenas, ampliando sua participação ativa e estratégica nos processos de governança climática e no acesso direto a mecanismos de financiamento climático e a instrumentos como o REDD+ Jurisdicional.
Hoje, essas organizações contam com maior capacidade técnica e institucional para gerir projetos, negociar políticas públicas e implementar ações de adaptação e mitigação climática, a partir de suas próprias prioridades e visões de território.

O QUE FALTA CONQUISTAR

As plataformas e as bases de capacidade organizacional já foram construídas, mas o desafio agora é avançar na implementação efetiva dos principais compromissos de financiamento climático, garantindo que esses recursos cheguem de forma direta e oportuna aos territórios e acelerem a capacidade de resposta das comunidades indígenas. Também é necessário escalar experiências bem-sucedidas e projetos piloto, transformando-os em políticas estruturantes e de longo prazo de financiamento climático e de proteção dos territórios indígenas.

COMO AVANÇAR MAIS

Fortalecer e integrar os espaços de governança, ampliando a articulação entre os fundos indígenas, os mecanismos financeiros nacionais e os instrumentos globais de financiamento climático, com respeito à autonomia, à governança própria e aos direitos dos povos indígenas.

© NATHALIA BRANCATO

A NATUREZA NO CENTRO DAS DECISÕES

Além do suporte técnico às metas nacionais de biodiversidade, contribuímos no Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia com inclusão socioprodutiva e valorização do conhecimento tradicional.

Ao abrigar as duas florestas tropicais e a savana mais biodiversas do mundo e uma ampla diversidade de ecossistemas, o Brasil encontra na bioeconomia uma alavanca estratégica para o desenvolvimento. Valorizar a vegetação nativa em pé amplia sua competitividade frente a atividades que desmatam, gerando renda e serviços essenciais como provisão de água, regulação do clima e produtos da sociobiodiversidade.

Nesse contexto, atuamos com papel estratégico na construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (Epanb), alinhados às metas 2025-2030 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A política pública eleva a agenda em um novo patamar de gestão e acesso a recursos financeiros e parcerias, em cenário reforçado pelo enfrentamento das mudanças climáticas.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, desenvolvemos o roteiro metodológico da estratégia e apoiamos sua construção por meio de estudos técnicos, consultas públicas e oficinas regionais. Esse processo ampliou a participação social no debate e consolidou uma visão da biodiversidade como um ativo essencial para a economia, o bem-estar das pessoas, a estabilidade do clima e o equilíbrio ecológico do planeta.

Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas, restaurar 12 milhões de hectares de áreas desmatadas ou degradadas e estabelecer a proteção e manejo sustentável de 30% das áreas terrestres e marinhas são as principais metas nacionais até 2030. Está prevista a criação de 4 milhões de hectares de novas Unidades de Conservação e ao desafio de conectar 30% do território nacional por meio de corredores ecológicos até 2035, além do combate à extinção de espécies, entre outros pontos de atenção.

O desafio agora é transformar metas em escala de implementação. O plano nacional estabelece objetivos ambiciosos que exigem coordenação, instrumentos financeiros e gestão territorial eficaz. Ao mesmo tempo, o cenário global reforça a urgência: segundo relatório da TNC e parceiros, há um déficit significativo de financiamento para a infraestrutura natural, o que limita a capacidade de resposta frente às demandas climáticas e de conservação. Financiar a natureza é uma maneira de fazê-la retornar com investimentos – na forma de produtos e serviços ambientais – na transição para uma nova economia.

Renda, conservação e justiça social

Um salto estratégico coloca a sociobioeconomia no centro da agenda climática. Essa nova fronteira combina geração de renda, conservação e inclusão

MERCADO DA BIOECONOMIA EM EXPANSÃO

- **R$ 40 bilhões** é o potencial por ano até 2050
- **300 mil** novos empregos no período

Fonte: Nova Economia da Amazônia/WRI

METAS NACIONAIS DA SOCIOBIOECONOMIA

- **300 mil beneficiários** com pagamento por serviços ambientais até 2035
- **50% a mais** no número de organizações que repartem benefícios pelo acesso ao patrimônio genético
- **2,3 milhões** de hectares de restauração integrados às cadeias da bioeconomia em **30 territórios** no País

© PATRICIA HANATE | TNC PHOTO CONTEST 2019

social, com protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais — responsáveis por grande parte da biodiversidade global. Em um cenário em que a bioeconomia pode alcançar US$ 33 trilhões até 2050, o Brasil reúne vantagens únicas ao valorizar a floresta em pé.

Contribuímos diretamente na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), lançado na primeira versão em 2025 com metas e diretrizes para posicionar o País como líder global no setor. Atuamos no desenho técnico, na condução de consultas públicas e articulação entre governo, ciência e sociedade civil, com foco no eixo da sociobioecnomia. Com ênfase em transformar potencial natural em negócios sustentáveis e inclusão produtiva, o novo instrumento fortalece a segurança jurídica e amplia o acesso a financiamento. Além disso, cria as condições para que produtos da sociobiodiversidade ganhem escala e mercado.

Após as contribuições ao Plano Estadual de Bioeconomia do Pará, em 2023, participamos da construção do marco nacional com a expectativa de ampliar resultados pela chegada de investimentos. Para isso, é fundamental enfrentar gargalos estruturantes – como logística, crédito, assistência técnica e regularização ambiental e fundiária.
No Pará, colideramos estudo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrando que a renda da bioeconomia tem potencial de crescer até 30 vezes até 2040 em comparação a 2019, ao considerar as cadeias produtivas do açaí, cacau-amêndoa, castanha, copaíba, cumaru, andiroba, mel, buriti, cupuaçu e palmito.

BIODIVERSIDADE E BIOECONOMIA

→I O QUANTO AVANÇAMOS
Contribuímos para a construção de novas políticas públicas que fortalecem a capacidade do Brasil de honrar seus compromissos de clima e biodiversidade até 2030.

→I O QUE FALTA CONQUISTAR
Avançar para o cumprimento efetivo das metas de biodiversidade, consolidando-as como fator de desenvolvimento sustentável e de protagonismo do País.

→I COMO AVANÇAR MAIS
Mobilizar recursos para clima e natureza com arcabouço jurídico seguro, previsibilidade institucional e garantia de direitos.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA BIOECONOMIA (PNDBIO)

- → **220** pessoas participaram das consultas presencialmente
- → **98** instituições de diferentes setores
- → **653** contribuições no total

CHEGANDO NOS TERRITÓRIOS

Iniciativas brasileiras lançadas na COP 30 (*leia mais à pág 12*), como o edital Prospera Sociobio, liderado pelo MMA para levar suporte técnico e ações concretas aos territórios, exemplificam as prioridades estratégicas do PNDBio, cuja arquitetura ajudamos a construir para atrair investimentos públicos e privados. Com um volume de recursos da ordem de R$ 120 milhões, o programa pretende oferecer serviços integrados para fortalecer os ecossistemas locais de negócios sustentáveis, por meio da ativação de seis Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia na Amazônia.

RIO DE JANEIRO REPLICA A ESTRATÉGIA E INSPIRA OUTROS ESTADOS

A estratégia nacional de biodiversidade tem impulsionado desdobramentos em políticas públicas no nível estadual, como no Rio de Janeiro, onde contribuímos para o EPAEB - Estratégia e Plano de Ação Estadual de Biodiversidade. Como destaque, em parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), atuamos no planejamento e em estudos voltados à criação de novas unidades de conservação, combinando conservação com mecanismos financeiros que garantam sua sustentabilidade no longo prazo.

Essas ações consolidam um modelo que conecta políticas públicas, inovação e gestão territorial, com impacto direto na conservação e restauração da Mata Atlântica. Entre os exemplos, apoiamos a estruturação de ↘ **corredores ecológicos** – uma forma de promover a integração entre estratégias de clima e biodiversidade.

No Rio de Janeiro também participamos do planejamento voltado à adaptação climática em municípios vulneráveis por meio de Soluções baseadas na Natureza e do manejo integrado do fogo em períodos críticos. No Parque Nacional de Itatiaia, por exemplo, implementamos um piloto com uso de Inteligência Artificial para monitoramento de incêndios florestais, ampliando a capacidade de resposta e prevenção.

↘ **Faixas** de habitat natural que conectam áreas fragmentadas, permitindo o fluxo de espécies, genes e processos ecológicos, essencial à conservação da biodiversidade

© JOÃO D'ANDRETTA | TNC PHOTO CONTEST 2022

NOSSA COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS

A TNC ampliou o seu alcance na mídia em 2025, com crescimento em seus canais digitais e na mídia tradicional.

32.643
Seguidores no Instagram

23.929
Seguidores
no LinkedIn

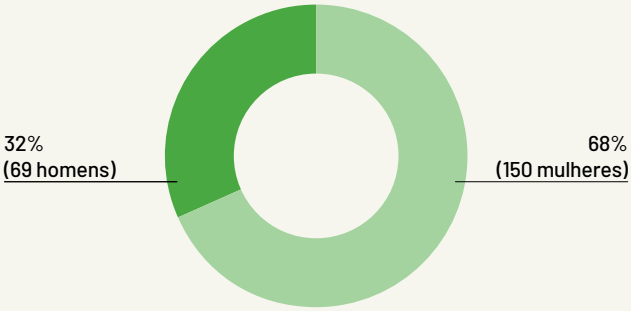
268.235
Acessos ao site

4.863
Matérias
publicadas

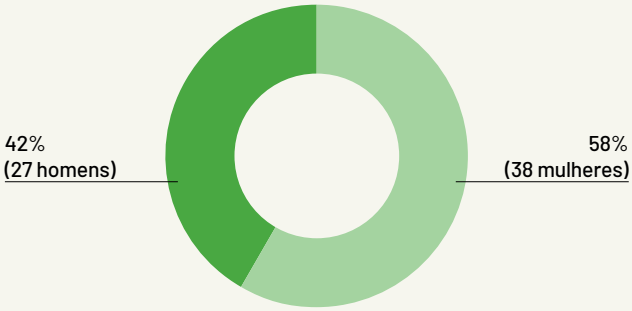
1.493
Matérias
com aspas
de porta-vozes

NOSSO TIME

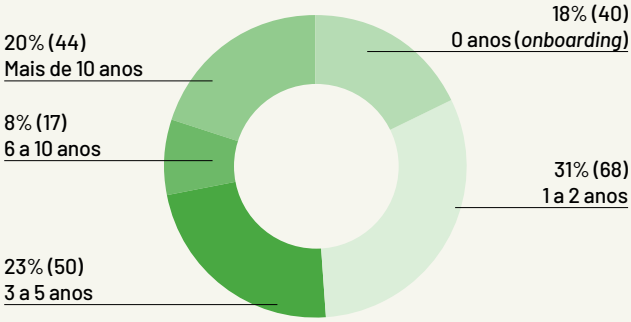
GÊNERO



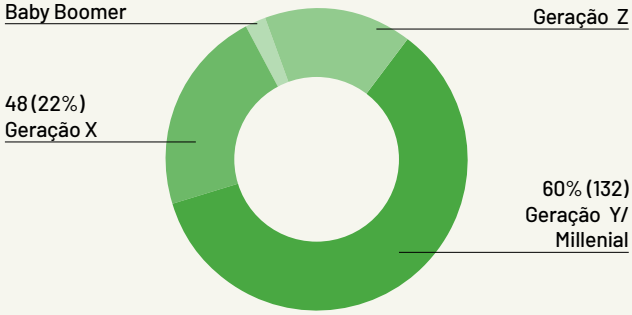
CARGOS DE LIDERANÇA



ANOS DE TNC



GERAÇÃO



The Nature Conservancy
Brasil

tnc.org.br